

A ÉTICA NO CONTEXTO LABORAL DO POLICIAL MILITAR: TECENDO REFLEXÕES E APONTAMENTOS REFERENCIAIS

ETHICS IN THE WORKING CONTEXT OF THE MILITARY POLICE: WEAVING REFLECTIONS AND REFERENCE NOTES

Luiz Ricardo dos Santos¹

RESUMO: Destacar os aspectos fundamentais que aportam-se na ação laboral do policial militar e associar estas reflexões e ações a partir de um contexto de ampliação e consolidação ética é o objeto fundamental deste artigo que apresenta, no âmbito da configuração da representação social, a importância de uma atuação coerente com a missão e responsabilidade profissional. Pensar o contexto da ética, em um ambiente que vivencia a constância das experiências do conflito e das tensões requer uma ação estratégica de cuidados que envolvem a gestão, a saúde psicossocial, a compreensão coletiva da representação social e a própria política de segurança pública que, quando desgovernada ou desatendida, pode ocasionar na ampliação de situações adversas que comprometem o esforço pelo contexto ético. O presente artigo buscar refletir, com o embasamento dos referenciais bibliográficos, acerca destas configurações.

Palavra -chaves: Ética. Sociedade. Segurança Pública. Polícia. Saúde Mental.

ABSTRACT: Highlighting the fundamental aspects that contribute to the work action of the military police and associating these reflections and actions from a context of expansion and ethical consolidation is the fundamental object of this article that presents, in the context of the configuration of social representation, the importance of acting coherently with the mission and professional responsibility. Thinking about the context of ethics, in an environment that experiences the constancy of experiences of conflict and tensions, requires a strategic action of care that involves management, psychosocial health, the collective understanding of social representation and the public security policy itself, which, when uncontrolled or unattended, it can lead to the expansion of adverse situations that compromise the effort for the ethical context. This article seeks to reflect, based on bibliographic references, about these configurations.

Keywords: Ethics. Society. Public security. Police. Mental health.

Existe um conjunto de fatores que podem ser associados ao contexto da ética profissional e suas interconexões com os serviços da segurança pública. Aliás, o contexto ético é um recorrente elemento conceitual lembrado nas relações internas e externas dos policiais e demais profissionais do setor e a sociedade. Como refere-se ao comportamento humano nas agências de socialização, o conceito é responsável por

¹Policial Militar na PMPR. Bacharel em Administração de Empresas e Administração Rural. Especializações em Direito Militar, Direito Ambiental, Gestão de Logística, Gestão Ambiental, Armazenagem de grãos e Segurança Alimentar, Técnico em Segurança do Trabalho. E-mail: rikardoshow@hotmail.com.

pensar princípios que motivam, orientam, propõem caminhos coerentes que não ferem ajustes comportamentais nos espaços em que é considerado.

Tem-se como elos condutores o respeito à hierarquia, as legislações, as boas relações humanas que afastam conflitos interpessoais, a alteridade e princípios colaborativos, conforme as regras delimitadas no ambiente social em que está inserido, o que gera níveis de confiança e respeito.

Assim como todas as profissões, o policial militar também tem um conjunto de regras e códigos formais que precisa seguir para tornar clara a sua presença enquanto referência e representação social/cultural nos ambientes em que atuam. Este pensamento culmina na união dos atores colaboradores e, principalmente, na eficácia dos serviços prestados à comunidade. Um sistema de policiamento pautado no conceito ético, contribui muito mais com a construção da coerência laboral. Nesse sentido, a deontologia ética do policial militar, que tem como premissa o cumprimento da carta constitucional (Constituição Federal do Brasil), também é norteador por ser um instrumento rígido e um eficiente sistema de códigos e regras próprios, aportados em documentos orientadores de conduta, que servem como bússola para a dinâmica da atuação laboral destes profissionais.

Portanto, visando esta panorâmica de cumprimentos institucionais, os atores gestores das companhias de policiamento, reúnem a missão de instigar o senso de responsabilidade, moral, ética, respeito, valores essenciais para a edificação do papel da Política Militar nas comunidades, efetuando o cumprimento de suas obrigações legais, mas, também, de exemplo e representação social. Afinal de contas, os policiais são referências observados com intenso direcionamento de olhar das demais agências de socialização, inspirando crianças e jovens, fortalecendo vínculos institucionais, gerando confiança entre a população.

Chiavenato (2014) destaca que a ética é um conceito norteador: “constituiu-se de um conjunto de valores e princípios morais que definem o certo ou errado para uma pessoa, grupo ou organização”. Por isso, é uma diretriz social que deve ser frequente a sua presença nas instituições, sejam elas quais forem. Mas, fundamentalmente, nos espaços da gestão pública, que tem a meta de atendimento e garantia de direitos ao cidadão. Organismos institucionais, como é o caso da Polícia Militar e outros do campo da segurança pública, precisam, portanto, contar com a referência ética em suas práticas discursivas e laborais, em consonância com a cidadania.

De acordo com Nasch (1993) ética é o “estudo da forma pelas quais normas morais e pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos”, ao tempo em que Arruda (2002), nos apresenta uma reflexão acerca do fato de que “ as organizações gozam de muitas vantagens, como consequência de um maior compromisso ético dos empregados entre si e em relação à empresa”. No caso, o ambiente da empresa se associa com o ambiente institucional público, numa mesma missão de cumprimento e respeito pelos valores éticos.

Esse conceito se aflora muito em razão da existência de uma gestão, liderança, comprometida com a garantia de direitos fundamentais, apto à busca de resoluções de conflitos e compreensão do seu papel no organismo institucional, bem como o papel da própria instituição na comunidade.

É fato que a Polícia Militar, por exemplo, tem sua estrutura de imagem muito atrelada ao sentido que a população direciona durante o decorrer de sua prática laboral. Isso quer dizer que os policiais são observados, a todo instante, e com maior ênfase neste novo tempo de tecnologias e democratização dos acessos aos mecanismos midiáticos. Há uma cobrança, cada vez mais constante, acerca de como deve ser o perfil comportamental dos policiais em atuação direta no atendimento à população e a gestão de crises/conflitos.

E esta é, sem dúvida, uma questão a ser investigada, refletida, sob diversos aspectos: a começar pelo contexto da representação social, já apontado anteriormente neste artigo, sobre como a imagem do policial reflete no sentido da confiança, da garantia de direitos, do respeito ao valor do trabalho deste profissionais; mas, também, neste âmbito, há que se considerar e refletir sobre aspectos que não vão ao encontro destes princípios, e colidem, num configuração de desestrutura da imagem e desconfiança, quando situações de má conduta são manifestadas por estes profissionais e disseminadas. Neste sentido, de conflito ético laboral, todo o trabalho de representação social estabelecido, acaba caindo em desagravo.

Estes poucos casos que atentam à conduta ética no serviço público são investigados por setores de competência jurídica adequada, como a Corregedoria da Polícia Militar. Ao comprovarem o desacordo institucional e ético, o acusado tem suas devidas punições. Mas, casos, como este, certamente contribuem com a desestrutura da boa imagem de segurança e proteção que devem ser os elos norteadores dos profissionais públicos de segurança públicas, entre os quais, o Policial Militar.

A forma como a Polícia é vista na comunidade pode ser diversa, a depender da forma como exercem a sua comunicação verbal e não verbal, bem como a forma como estabelecem os convívios e relações com as agências de socialização desta mesma comunidade onde atua (escolas, associações de bairro, grupos culturais e sociais, entre outras). “É papel do Estado mobilizar estes campos de proteção aos que têm menos condições de defesa. É o caso, por exemplo, de crianças e adolescentes expostas à extrema vulnerabilidade social e em ambientes de predomínio do crime organizado. Estes sentidos absorvidos fazem com que a concepção de cidadania, de justiça, de proteção do Estado, de direitos humanos, vai minimizando contextos de esperança” (SANTOS, 2022, 431).

É preciso, então, refletir sobre os contextos da ética e suas consequências – positivas ou negativas -, quando bem aplicadas, ou não. A Polícia Militar é um órgão de muitas décadas de contribuição e defesa da população, na garantia da ordem pública, na resolução de conflitos, nas contribuições com diversas outras agências públicas institucionais (por exemplo, os Conselhos Comunitários), os quais contam com a voz e presença dos policiais não apenas garantindo proteção, mas, também, sugestões, articulação de ideias e programas que podem tornar-se políticas públicas nas comunidades. Aliás, esta presença da Polícia Militar como agente político, embora não seja a sua competência laboral, é resposta da ótica que a sociedade também direciona ao organismo da segurança pública, requerendo a presença destes para o debate e as proposições no que tange ao bom andamento da comunidade.

A representação social, portanto, manifesta-se como:

O estudo da delimitação do papel de cada ator ou instituição na vida e condução social da população. Trazendo estes apontamentos conceituais para o tema deste presente artigo, nos alerta sobre qual o papel da Polícia na sociedade, como é vista pela população – especialmente em comunidades vulneráveis socialmente -, qual o papel da escola e dos atores sociais que ali estão, e qual o papel dos organismos público nas sociedades. Portanto, a Representação Social é a forma como o sujeito decodifica, interpreta, sente a presença do outro em sua vida e manifesta esta presencialidade em suas ações e decisões – embasada em confiança ou não -. (SANTOS, 2022, p. 434)

Neste sentido, sob este aspecto temático, pensar a arquitetura social da comunidade também é pensar a presença fundamental destes atores que congregam forças e missões com o fito de representação social. Este aspecto se faz relevante, do ponto de vista de análise crítica, pois fundamenta o pensamento social de organização.

E esse pensamento, a que refiro-me, aporta-se na perspectiva do papel dos atores de representação (como é o caso dos policiais) na formação de outras agências

de socialização e organismos que congregam a sociedade civil. Por exemplo: o policial militar é uma fonte ampla de observação e análise por parte das crianças, dos moradores de comunidades que vivenciam situações constantes de conflitos e violências, de agentes políticos, da imprensa e seus diversos mecanismos de comunicação, dos organismos religiosos, dos cientistas sociais e pesquisadores das universidades e centros de pesquisas que direcionam o olhar para a conduta destes profissionais, entre outros.

Isso quer dizer que há um direcionamento do olhar amplo e constante das diversas agências de socialização aos profissionais da segurança pública, já que são atores que vivenciam a experiência de mediar conflitos, proteger a população, articular mobilizações de forças para proteção social coletiva. Neste sentido, são profissionais que destacam-se em razão de suas representações, sendo, portanto, voz ativa na comunidade, a que se espera condutas éticas e morais, para legitimar suas narrativas e ações.

A Polícia Militar, assim como todos os demais organismos que compõem este quadro da segurança pública, portanto, tem a missão de buscar, em sua prática laboral, a conduta mais apropriada, ética, possível. De acordo com Lembo (2002, p. 77) pode-se entender a ética como “o conjunto de regras de comportamento e formas de vida que busca permitir as pessoas a realização do valor fundamental da existência: o bem”. Esta é a missão que encontra-se na Constituição Federal, carta magna norteadora das atuações e missões dos agentes públicos em função de proteção da coletividade social. Faz-se necessário, neste sentido, estar sempre atento à forma como esta normatizativa constitucional é aplicada, mobilizada, respeitada, no âmbito da estrutura de convergência comunicacional entre o órgão e a sociedade civil. A Polícia tem o objetivo laboral, orquestrado pelas letras da Constituição, em proteger a coletividade, manter a ordem pública, estabelecer as normativas funcionais cabíveis em cada espaço de atuação, proteger não apenas a população externa, mas, também, os seus próprios colaboradores, cidadãos, que colocam a própria vida na disponibilização da ordem e proteção social.

Mais do que as corporações, que são engendramentos institucionais, a ética deve ser uma constante nas pessoas que a compõe. O estado, como pessoal, é uma ficção. Ou seja, os organismos do Estado é que são formados por pessoas, sujeitos atores sociais que se colocam à ação laboral. Estas, portanto, são as que estão a mercê

da condição de avaliação ética. Neste sentido, o manifesto ético de um sujeito é apresentado em sua conduta moral neste espaço e nas relações estabelecidas.

No espaço do poder público, a qual os organismos da segurança pública estão atrelados, a conduta ética é fundamental para o estabelecimento da moral do sujeito, podendo, ou não, contaminar todo o organismo institucional. “Não faria sentido, portanto, falar-se em Estado ético ou em Estado aético. Éticos ou aéticos são os homens que integram o Estado”. (NALINI, 2004, p. 160).

A questão moral, que está atrelada à concepção da ética, é parte fundante da ação laboral do Policial Militar, como destacado anteriormente. As corporações militares tem a obrigação moral de estabelecer suas condutas sob a égide da administração pública ou da prática direta ostensiva. Portanto, o policial não pode usurpar-se da condição moral nestes trajetos laborais ou institucionais. E, é neste aspecto, que lembremos das reflexões apontadas anteriormente acerca da representação social, do papel da instituição e do sujeito policial nas relações com a comunidade, construindo pontes e ecossistemas comunicacionais que contribuem, significativamente, com a formação de um estado social comunitário que extirpa conflitos, problematizações, violências e crimes.

É importante este estado da representação, que este artigo buscar tecer como constructo, na configuração de um planejamento estratégico de enfrentamento ao crime organizado pautado em um sentido de confiança entre a população e estes atores da segurança, mobilizando as ações afirmativas que culminam no enfrentamento ao o aumento da violência, a expansão do tráfico.

Sempre se difundiu um senso comum errôneo de que ética e a polícia não atrelavam-se, no ponto de vista de sua percepção. Mas, é o contrário. O manifesto ético existe no universo militar, desde a sua fundação e diretrizes, já que estabelece-se em obedecer um conjunto de regras e disposições orquestradas para, justamente, proteger a carta de missões do organismo institucional.

Nesta construção de relações dentro da própria instituição, assim como em todas as outras agências de socialização e espaços laborais, os conflitos, exigências e tensões podem surgir, colocando, em movimento, em maior ou menor grau, os sentimentos do ator sujeito, a estrutura da sua consciência, racionalidade, subjetividade, podem ocorrer situações de afirmação ou negação de valores éticos-morais, por exemplo, de injustiça, violência, discriminação, corrupção, decepções,

frustrações, que exigem determinadas atitudes por parte dele. (BARROCO, 2010, p. 65).

Todos estes sentidos – ou sentimentos – são objetos de reflexão do sujeito policial, pois, em todas as suas manifestações de conflitos podem surgir contextos que explicitem a condição moral e ética do profissional. É um tema complexo, sob o ponto de vista teórico e prático, que se faz necessário refletir. Não possibilidade de teorizar reflexões sob apenas um foco da perspectiva temática. Desta forma seria uma espécie de peça publicitária maquiando um organismo de tão ampla relevância para o estado nacional. Por isso, analisar os tópicos que tensionam, também é legítimo para a construção de novas reflexões e legitimação do papel estratégico da Polícia Militar na sociedade.

Problemas morais podem se avolumar em todos os espaços de socialização – institucional ou privada -, e precisam ser combatidos e ajustados, para que não desconstruam a essência de órgãos como o da Polícia Militar. Outro ponto importante para direcionar a ótica a forma como são lidamos com temas antiéticos e imorais, como, corrupção, violência psicológica, favoritismo, obediência cega e inquestionável para práticas e condutas irreais à concepção do órgão, entre outras ações, que podem ocasionar em uma perpetuação do sujeito trabalhador como um instrumento de reprodução do sentido estabelecido, diminuindo, assim, sua condição humana. Em todos os espaços de práticas laborais ou sociais, estes pontos são passíveis de apresentação e requer que pensemos em como estabelecer frentes de forças para contrapor estas orquestrações.

Especialmente com a finalidade de não permitir com que a estrutura de imagem e a representação social destes homens e mulheres trabalhadores da segurança e suas conexões simbólicas de missão social, não sejam atreladas às práticas imorais e negatividades que só descontroem a legitimidade de um órgão necessário, fundamental, para o desenvolvimento e proteção social da comunidade.

A ética é importante como instrumento norteador de processos ecossistêmicos, porque, de fato, ela demonstra como o sujeito profissional não pode ser visto como uma máquina reprodutora de conceitos, ideologias, sentidos inquestionáveis. Ética não existe na condução de máquinas, mas, na condição da formação do sujeito humano. São estes, que sentem, tensionam reflexões, promovem análises críticas de suas condições ou conduções laborais, interpretam os sentidos da

sua prática de trabalho. Este tipo de movimento da psicologia social está atrelada a um sujeito humano, que pensa e que entende os processos e práticas.

Desta forma, a ética e a manifestação moral, estabelece-se como recurso estratégico para nortear pensamentos que conduzem o sentido do trabalho. Por isso, no caso de reflexão acerca da prática de trabalho das instituições públicas (responsáveis pelo social comum), entre as quais, os policiais, é importante pensar em colocar o papel do ser humano em primeiro lugar, com destaque ao contexto do sentido moral, escolhendo a ética como filosofia organizacional do trabalho, percebendo a sua missão na construção de uma sociedade mais justa. “As corporações devem dedicar-se à ética o mesmo cuidado dispensado às questões ditas organizacionais, não só porque ela é condição de sobrevivência das mesmas, mas porque o ser humano deve ser seu valor maior, seja ele parte de sua estrutura interna ou não” (PASSOS, 2004, p. 73).

Portanto, pensar a instituição não como um amontoado de documentos normativos e prédios de tijolos, mas, um conjunto extenso de sujeitos humanos que se dispõem, por vezes com a própria vida, na condição de agentes de proteção, controle, ajustes sociais, defesa coletiva e representação social-cultural, pode-se articular o caminho para a compreensão do real estado social e ético possível na configuração das organizações e das relações das mesmas com a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou refletir sobre dois importantes essências: o conceito de ética (que está atrelada a percepção da moral) e a sua intersecção com a prática laboral dos agentes de segurança pública, com foco na atuação dos policiais militares. Durante as reflexões, buscou-se delimitar a importância da polícia na condução do estado social da segurança comunitária, o papel estratégico destes profissionais para a construção e legitimação do sentido da segurança, bem como, a delimitação dos desafios que são característicos de todos os organismos institucionais.

Neste sentido, o primeiro passo a traçar um constructo de intersecções é compreender o papel da polícia como agentes dotados de representação social em uma comunidade. Ou seja: a população, as crianças, idosos, trabalhadores, as instituições políticas, religiosas, acadêmicas, imprensa e todos os demais organismos que compõem um todo da estrutura social, direcionam o olhar, atento, às ações da prática laboral dos policiais, que são atores fundamentais para a defesa popular.

Faz-se necessário destacar, portanto, em que medida o conceito da ética se faz presente nesta relação entre o organismo institucional e a sociedade civil organizada. A polícia vivencia uma constante e plena pavimentação de sentidos quer se inter cruzam, justamente, porque é ela que, na prática, está sujeita a relação com o conflito e, em consequência, amplamente suscetível às observações dos conflitos éticos. O enfrentamento à violência, ao crime organizado, as situações de tensões – que, muitas vezes, colocam a vida do próprio sujeito policial em perigo –, são elementos que tensionam a relação com o manifesto ético. Este é um exercício da psicologia organizacional que precisa ser pensado – enquanto prática e processo –, para que se busque, numa constância, a realização da conduta coerente com a sua missão institucional.

O policial vivencia, portanto, a experiência de ser observado por todos os polos sociais possíveis, que em muitos casos, buscam o erro, a incompreensão, os desajustes da prática laboral destes profissionais para legitimar o contrassenso da conduta ética exigida e necessária. Mas é preciso refletir, também, sob o ponto de vista da tensão, que foca a experiência humana, afinal de contas, o policial é um sujeito humano, que também vivencia sentidos. O presente artigo busca provocar uma reflexão acerca de como este paradigma das relações e das representações se estabelecem neste universo.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

- NASH, L. *Ética nas Empresas: boas intenções à parte*. São Paulo: Makron, 1993
- LEMBO, C. Dilemas do mundo político contemporâneo. In: LIBERAL AL, M. M. C. De. *Um olhar sobre a ética e cidadania*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2002. (Coleção Reflexão Acadêmica, v. 1).
- NALINI, José Renato. *Ética Geral e Profissional*. 4ª. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- PASSOS, Elizete. *Ética nas Organizações*. São Paulo: Atlas, 2004.
- BARROCO, Maria Lucia S. *Ética: fundamentos sócios-históricos*. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CHIAVENATO, Idalbert. *Introdução a teoria geral da administração*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003
- CHALITA, G. *Os dez mandamentos da ética*. São Paulo: Nova Fronteira, 2003.

SANTOS, Ricardo dos. O papel do Proerd na eficácia das políticas de segurança pública: reflexões sobre intervenções sociais. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE, 431-434, 2022.